



Presidência da República  
Casa Civil  
Secretaria de Administração  
Diretoria de Gestão de Pessoas  
Coordenação – Geral de Documentação e Informação  
Coordenação de Biblioteca



BIBLIOTECA DA  
PRESIDÊNCIA  
DA REPÚBLICA

---

REUNIÃO DOS MINISTROS  
DA FAZENDA DOS PAÍSES-MEMBROS  
DO MECANISMO DE CONSULTA  
E CONCERTAÇÃO POLÍTICA

Palácio da Alvorada  
28 de abril

---

O Grupo dos Oito países devedores latino-americanos encerra uma reunião de 3 dias em Brasília, definindo uma série de condições para participar do programa de redução da dívida externa, proposta pelo Secretário do Tesouro Americano, Nicholas Brady. O documento técnico será publicado nos próximos dias.

---

*28 de abril — O Presidente da Central Única dos Trabalhadores, Jair Meneguelli, afirma que a entidade não respeitará a Medida Provisória nº 50.*

Senhores Ministros,

Tenho especial satisfação em dar-lhes as boas-vindas a Brasília. Esta é, possivelmente, a primeira vez em que Ministros da Fazenda, de um expressivo grupo de países da América Latina, reúnem-se em nossa capital.

Brasília foi construída no fim da década dos cinqüenta, sob o signo da esperança.

A nova capital simbolizou a confiança do País em sua capacidade de equacionar os seus problemas, prosseguir,

---

de modo acelerado, no caminho de desenvolvimento e dar condições mais adequadas de vida para o seu povo. Muitos de nossos países abrigavam, então, expectativas semelhantes.

Nas décadas seguintes, alcançaram-se alguns de nossos objetivos.

As taxas de crescimento elevaram-se, o setor produtivo modernizou-se, aumentou o salário real, diversificaram-se as exportações.

Os anos oitenta, entretanto, introduziram uma dramática reversão no quadro de prosperidade que prevalecia em nossa região.

A dívida externa, acumulada basicamente na década anterior, tornou-se um peso intolerável sobre a economia e a sociedade.

A América Latina conheceu uma brutal transferência de recursos para o exterior, a estagnação, a queda nos salários reais e a deterioração das condições de vida de seu povo.

Em 1988, nossos países cresceram, em média, apenas 0,7%, enquanto a renda *per capita* regional permaneceu exatamente igual à de 10 anos atrás.

A confiança no presente e a esperança no futuro cederam lugar à incerteza e ao desalento.

Não podemos continuar passivos diante deste cenário dramático.

Cumpramos alterar essa situação com urgência e recriar condições para a retomada do crescimento na década dos noventa.

Esta tarefa cabe a nós, mas é inegável que depende, também, de nossos parceiros externos.

Devemos prosseguir, com determinação, no processo de adaptação de nossas economias às novas realidades internacionais.

O mundo está cada vez mais interdependente, e as economias crescentemente competitivas. Neste cenário, o êxito dependerá da capacidade em promover o aumento dos investimentos e o progresso tecnológico.

---

Isto não é novo.

O que é novo é que, a partir de agora, teremos que promover a atualização tecnológica e a expansão econômica sem poder contar com o maciço ingresso de recursos externos na forma como ocorreu na década dos setenta.

Temos também que caminhar, a passos mais largos e mais firmes, no caminho da integração regional.

As dificuldades atuais constituem razão a mais para somar esforços em torno dos objetivos comuns de crescimento e de justiça social.

O êxito de nossos esforços, tanto em nível nacional quanto regional, passa necessariamente por uma solução para o problema da dívida externa.

A dívida afeta o crescimento, prejudica a integração regional, compromete a melhoria das condições sociais e põe, conseqüentemente, em risco a confiança de nossas sociedades nos valores da democracia.

Creio interpretar o sentimento de todos ao reiterar nossa firme disposição de lutar por uma solução efetiva da crise do endividamento.

Isto requer, não há dúvida, a continuidade dos ajustamentos em curso.

Ao longo dos últimos anos, logramos reduzir, de modo significativo, o déficit em conta corrente; aumentamos a geração de excedentes comerciais, liberalizamos o comércio e o processo produtivo.

Muitas outras reformas estão em andamento e outras tantas por iniciar.

Mas o nosso esforço solitário não resolve o problema.

O êxito do ajustamento depende de condições propícias no plano externo.

De que vale empreender a reforma da economia, se o protecionismo nos países industrializados limita a nossa capacidade de exportar e se a elevação da taxa de juros — mais de 3% em menos de 12 meses — neutraliza os ganhos obtidos com o ajustamento da economia e as negociações para o reescalonamento dos débitos?

---

Esta situação é claramente insustentável.

Não podemos aceitá-la.

Ela, na realidade, desestimula a continuidade do esforço em que estamos empenhados.

Os programas de ajustamento e as negociações com os credores seguem gerando maciças transferências de recursos para o exterior.

A volta ao mercado de empréstimos permanece tão remota quanto em 1983.

O crescimento sustentado ainda não está assegurado.

Não podemos mais aceitar o simples adiamento do problema, que está ocasionando custos elevadíssimos para a economia e para a sociedade.

Estamos efetivamente dispostos a cumprir com a nossa parte.

Mas é preciso que o nosso esforço encontre contrapartidas externas e não se frustre em novo e indefinido adiamento do problema.

O objetivo do ajustamento é o de recriar condições para a retomada de um crescimento sustentado.

A normalidade no relacionamento com a comunidade financeira deve estar voltada para a busca de fórmulas que ensejem uma redução do estoque e do serviço da dívida, no mais curto prazo possível.

Algumas condições para a solução da crise do endividamento já parecem existir.

A realidade do mercado está apontando novos caminhos.

Os bancos credores tiveram a oportunidade de se preparar para a adoção de instrumentos mais efetivos para redução da dívida.

Os governos dos países industrializados começam a responder, de modo positivo, aos legítimos reclamos dos países devedores.

Já se pode vislumbrar uma convergência quanto a princípios e a objetivos.

---

Cabe agora passar das idéias a ações concretas e urgentes.

É sobre esta importante tarefa que os senhores estarão debruçados.

O trabalho realizado em dezembro do ano passado atingiu seus objetivos.

Nossos pontos de vista foram ouvidos e, em boa parte, aceitos.

Faço votos de que esta nova reunião seja igualmente proveitosa.

A troca de idéias franca e aberta sobre a situação de nossas economias e sobre as dificuldades de negociação da dívida externa, por si só, justificariam este encontro. A reflexão comum fornecerá, adicionalmente, as bases das mensagens que desejamos fazer chegar aos nossos parceiros.

Uma mensagem técnica sobre a montagem e execução das operações de redução de dívida. Uma mensagem política sobre os esforços que estamos dispostos a empreender com vistas à solução cooperativa para o problema do endividamento.

Esperamos que estas mensagens sejam ouvidas, pois nossas sociedades estão cansadas de esperar em vão.

Seria extremamente nocivo que as atuais esperanças conduzissem a novas frustrações.

A América Latina vive um momento crucial, que definirá sua fisionomia nas próximas décadas.

No plano político, estamos entre a oportunidade de consolidar a democracia e o risco de perpetuar a instabilidade institucional. No campo econômico, entre a perspectiva de retomar o crescimento ou a fatalidade de permanecer à margem do progresso econômico e social.

A dívida externa constitui elemento decisivo para o curso desses dois processos e sua solução depende de um desfecho positivo para ambos.

Ao renovar, pois, aos senhores, minhas boas-vindas a Brasília, formulo votos de pleno êxito em suas importantes deliberações.

---

Que esta reunião dos Ministros da Fazenda possa representar contribuição positiva para a solução do problema da dívida, abrindo oportunidades para um novo período de crescimento, de progresso e de confiança em nossa América Latina.